

## **A REPRESENTATIVIDADE LEGITIMATÓRIA DA RAINHA HATSHEPSUT NO EGITO ANTIGO (SÉCULO V A.C.)**

**Thaysla Christien Rocha Venturini**  
(Graduação/Faculdade Saberes)

### **Resumo:**

Este artigo aborda a representatividade e o processo de legitimação apresentada pela rainha-faraó Hatshepsut, da XVIIIª dinastia egípcia, e objetiva demonstrar o processo, ao qual uma mulher, necessitou realizar para a legitimar como Faraó, frente a uma sociedade que atrelava a linha sucessória a um homem. Tal fato realizado pela monarca, ascendeu a questão de uma possível usurpação feita por Hatshepsut, ao que é discutido sua validade no presente artigo.

**Palavras-Chaves:** Hatshepsut; Legitimidade; Representatividade.

### **Abstract:**

This article deals with the representation and legitimation process presented by Queen Pharaoh Hatshepsut of the XVIII<sup>th</sup> Egyptian Dynasty and aims to demonstrate the process, which a woman needed to realize to legitimize her as Pharaoh, in the face of a society that dredged the line of inheritance to a man. This fact realized by the monarch, raised the question of a possible usurpation made by Hatshepsut, to which its validity in the present article is discussed.

**Keywords:** Hatshepsut; Legitimacy; Representativeness.

## **Introdução**

O campo da Egiptologia, ou melhor, da História Antiga, com foco no estudo das Sociedades Orientais, é um estudo que demanda interesse e, sobretudo, paciência, devido ao número escasso de fontes, dependendo do período que se quer analisar. Assim, além do interesse é necessário suporte e respaldo científicos para ser possível engendrar um estudo histórico acerca das sociedades orientais antigas. Este artigo analisa o processo pelo qual a governante Hatshepsut passou, sua vivência e suas ações governamentais demarcadas nos relevos das paredes dos monumentos erigidos por ela, os quais nos possibilita ter uma pequena visão do complexo processo de legitimação ao qual a monarca passara para se tornar “A Faraona” de Tebas da XVIIIª dinastia.

O reinado de Hatshepsut é considerado um governo “excêntrico” devido ao fato de que ela, uma "Grande Esposa Real", se tornar um faraó, burlando o sistema de hereditariedade masculina existente no Antigo Egito. Tendo isso em vista, pretendemos, neste trabalho, demonstrar quais foram os instrumentos utilizados pela “faraona” para se legitimar, afim de se compreender as repercussões sociais, políticas e religiosos presentes em sua ascensão. Além disso, temos a intenção de evidenciar os obstáculos pelos quais Hatshepsut passou para conseguir chegar ao trono faraônico.

## **A XVIIIª dinastia**

A XVIIIª dinastia inaugurou o período do denominado Reino Novo, que se iniciou no ano de 1550 a.C. e findou no ano de 1070 a.C.. Esta dinastia compreendeu, aproximadamente, os anos de 1550 a 1323 a.C. e ficou marcada por um período de grandes transformações no Egito Faraônico, e que teve entre 1500-1200 a.C. seu apogeu imperial, demonstrando uma estabilidade nas esferas sociais, econômicas e políticas.

Hatshepsut é pertencente à XVIIIª dinastia, que se iniciou um pouco turbulenta devido às diversas guerras e revoltas em prol da reunificação do

território. A degradação dos monumentos arquitetônicos foi muito severa em consequência dessas lutas, principalmente porque não houve manutenção por parte dos governantes. Em razão da falta de recursos, os monumentos deixaram de ser restaurados ou até mesmo modificados, ficando, muitas vezes, em estado de abandono (GRALHA, 2002, p. 25-26).

O fundador da XVIIIª dinastia, o Faraó Ahmés I, iniciou seu reinado com a finalização do processo de reunificação do Egito e com a expulsão dos hicsos.<sup>1</sup> Também começou um projeto que foi estendido aos demais faraós desta dinastia, de expansão de territórios, conquistando Sharuen, na Palestina, e restabelecendo o domínio egípcio na Núbia, até a segunda catarata do Nilo (CARDOSO, 2004, p. 72). Seu filho, Amenhotep I, continuou o seu projeto expansionista e também reorganizou e reconstruiu o reino, que mesmo estando unificado estava esgotado economicamente. Ele também instituiu a Núbia como vice-reino e impôs seu poder monárquico sobre a Síria, tornando o Egito, novamente, o reino mais rico e poderoso do mundo (MELLA, 1998, p. 152).

Houve neste Reino Novo e, conseqüentemente, nesta nova dinastia, uma política interna que transcorreu como fruto da política externa agressiva, na qual se destacou o militarismo. Essa política agressiva da nova dinastia egípcia tinha como objetivo conquistar novos territórios politicamente e, também, economicamente, obtendo a propriedade de terra. Com esse militarismo a dinastia conquistou riquezas e poder, e, por meio dele, também ocasionou mudanças na estrutura político-administrativa do reino (CARDOSO, 2004, p. 68).

Outro ponto crucial do início dessa dinastia foi a ascensão do sacerdócio, especialmente do clero de Tebas, que considerou o deus Amon identificado e/ou representado como Amon-Rá (este já tendo importância desde o Reino Médio), e que, a partir deste ponto, dominou o panteão egípcio e a hierarquia sacerdotal de todo o Egito. Seu poder se baseava não somente pelo fato de serem árdios adoradores de Amon-Rá, mas também pelo fato de apoiarem as ações de

---

1

Os hicsos, segundo Cardoso (2004), foi um povo de origem asiática que povo e reinou o Delta Oriental do Nilo. Eles fizeram de Avaris, a capital do seu reino e formaram a XVª e a XVIª dinastia egípcia. Esta capital se situa nos “confins orientais do Delta” (CARDOSO, 2004, p.65).

legitimação dos soberanos, principalmente na XVIIIª dinastia. Tal apoio era conquistado com a compra de favores e doações por parte dos soberanos, que, assim, aumentavam o poder e a riqueza dos sacerdotes de Amon-Rá (CARDOSO, 2004, p. 68-69).

A morte de Amenófis I trouxe um grande impasse para o processo de ascensão ao trono, pois tal faraó morreu sem deixar herdeiros varões, deixando somente uma filha, a princesa Amósis. Esta se casou com um nobre, que ascendeu ao trono com o nome de Tutmósis I (MELLA, 1998, p. 152). Este faraó iniciou o “verdadeiro domínio” egípcio na Ásia, onde conseguiu levar suas tropas até o rio Eufrates. Da sua relação com a rainha nasceu a princesa Hatshepsut, única pessoa que ligava as duas linhagens, os thutméssidas<sup>2</sup> e a linhagem do Ahmés I, justificando, assim, a sua descendência divina e o seu comprometimento com o filho de seu pai, Tutmósis II, que era filho de Tutmósis I com uma concubina chamada Mutnofre. Este último faraó morreu aos trinta anos de idade, deixando dois filhos, um menino, que era fruto de uma relação com uma concubina e uma menina que era filha de sua legítima esposa (MELLA, 1998, p.154).

Devido à morte prematura de Tutmósis II e pelo fato de que seu herdeiro não podia assumir ainda, pois era muito jovem, Hatshepsut assumiu o trono egípcio até seu enteado ter idade para assumir. Porém, ela não se conformou com sua regência temporária e com o assentimento dos sacerdotes de Amon, tomou o trono como faraó e fez-se representar nos registros dos monumentos com vestes masculinas (CARDOSO, 2004, p. 73-74).

Segundo Costa (2011), o governo de Hatshepsut é considerado excêntrico devido ao fato de que ela, uma Grande Esposa Real, torna-se um faraó, burlando o sistema de hereditariedade masculina e se trajando de vestes masculinas para reforçar sua legitimidade (COSTA, 2011).

Nota-se que seu governo foi próspero e de paz, no qual o Egito pode reconstituir-se plenamente. Em seus feitos se destacam a preocupação com a

---

2

<sup>2</sup> Termo utilizado por Gralha (2002) para designar a linhagem dos faraós que utilizavam o nome de Tutmósis.

restauração dos monumentos, uma importante expedição comercial ao país de Punt<sup>3</sup> e a construção do templo funerário de Deir el-Bahari<sup>4</sup> (CARDOSO, 2004, p. 74).

### **A teocracia faraônica e as formas de legitimação**

A teocracia<sup>5</sup> faraônica no Reino Novo foi marcada pela inovação dos artifícios de manutenção do poder do faraó, baseados, principalmente, pela escolha do deus dinástico. No caso da rainha-faraó Hatshepsut foi Amon-Rá, pois tal divindade se tornou parte fundamental do complexo engenho de seu discurso de legitimação. A rainha utilizou tal divindade como forma de associar divinamente o faraó com o deus Amon, dando um ímpeto a uma nova concepção de rei, que inaugurava a XVIII<sup>a</sup> dinastia. É desde os primórdios dos reinados egípcios que se tem representado nas paredes iconografias e nos diversos documentos egípcios a associação divina entre deus e faraó. Esta forma de legitimação se dava pelo fato de o faraó necessitar reforçar seu “lado” divino, tanto para o povo egípcio como, também, para os povos estrangeiros (GRALHA, 2002, p. 39-42).

Após a escolha do deus, ao qual o faraó iria se associar, que normalmente era um deus local ou um deus que tinha uma ampla fama e favorecimento da população da capital egípcia, fazia-se a associação do deus

---

3

Punt ou Reino de Punt era o nome que os antigos egípcios davam a uma região da África Oriental cuja localização não foi até ao momento identificada.

4

Deir el-Bahari ou Deir el-Bahri é um complexo de sepulturas e templos mortuários dos antigos egípcios situados na margem ocidental do rio Nilo, no lado oposto à cidade de Luxor, no Egito. O ponto focal do complexo de Deir el-Bahari é o Djoser-Djeseru, templo mortuário da rainha Hatshepsut. É uma estrutura cercada por colunas, projetada e implementada por Senemut, criado real e arquiteto da rainha para servir para seu culto póstumo e honrar a glória do deus Amon.

5

Sistema de governo em que o poder político se encontra fundamentado no poder religioso, pela encarnação da divindade no governante, como no Egito dos faraós, ou por sua escolha direta, como nas monarquias absolutas.

com o faraó, legitimando, desta forma, o último e reforçando sua natureza divina (GRALHA, 2002, p. 72).

Uma das prerrogativas para a realização deste processo se dava pelos mitos egípcios antigos, provenientes das primeiras dinastias faraônicas. Tais mitos relatavam que o faraó era o “Hórus Vivo” e que o Egito era seu por direito de herança de seu pai, o deus Osíris. Assim, o faraó era descendente do deus criador e mediador do cosmos, ou seja, era o mediador do mundo divino e do mundo humano, o mantenedor da ordem cósmica e do equilíbrio e ordem do mundo, sendo assim, diferenciado dos demais humanos. Portanto, era de extrema importância para a consolidação do poder real a conexão do faraó com os deuses, em especial o deus primordial/dinástico (SOUSA, 2010, p. 7-10).

Tal importância se dava pelo fato de que cada cidade tinha um deus local e que a forma em que ele era inserido na história da legitimação do faraó vigente atenuava o seu aspecto divino. No caso da XVIII<sup>a</sup> dinastia, o deus escolhido foi Amon, tal divindade necessitou criar sua tríade e formular uma associação divina dele com os demais deuses e também com o faraó. O destaque deste processo foi o resultado dessa assimilação, o deus Amon-Rá, junção de Amon com o deus Ra. Assim, Amon toma as prerrogativas do deus criador e torna o faraó seu herdeiro e descendente (GRALHA, 2002, p. 44-48).

Os documentos funerários, estelas e inscrições nos templos atestam aspectos importantes sobre a imagem da divindade no sistema teológico do Reino Novo. Tal concepção trazia o deus dinástico Amon-Rá em três diferentes formas: Na primeira, o deus está localizado no céu, navegando na barca de Ra e viajando pelo corpo de Nut<sup>6</sup>. Tal representação indica a assimilação com Ra<sup>7</sup>,

---

6

Deusa que representa o Céu.

7

Durante o Reino Novo, Amon passa a absorver, como parte de si mesmo, outras divindades do panteão egípcio, isso permitiu que este deus esteja presente em culto de outras deidades e mitos cosmogônicos, sendo assim, isto caracteriza uma forma de henoteísmo, ou seja, a concentração da atenção num único deus, sem negar o politeísmo, havendo, portanto, muitos deuses admitidos na crença e no mito. Dessa forma Amon, por meio da assimilação divina, absorvia como parte de sua natureza os atributos e elementos de outras deidades para si, durante o culto.

pois Amon-Rá ilumina o mundo. Na segunda forma, o corpo de Amon estava no mundo inferior, no Reino de Osíris, tendo assim uma representação de uma ligação com o deus Osíris. E a terceira, e última, traz Amon na forma de imagens que o representava na Terra e ratificava sua presença entre os homens (HORNUNG, 1996 *apud* GRALHA, 2002, p. 63).

Estes documentos demonstram aspectos na sociedade que são de suma importância para a compreensão dos contextos políticos, econômicos, religiosos e sociais desse período. Tais aspectos originam-se dos artefatos, objetos que foram manipulados pelo homem, encontrados e estudados pelos egiptólogos, historiadores e todos os profissionais da área.

Diante dessas informações, o nosso estudo é alinhado com a cultura material, que pode se definir por um “segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem” (MENEZES, 1983, p. 112-113). Isto é, os artefatos concebem o principal agrupamento da cultura material, pois neles estão incutidos características e elementos das organizações do homem na sociedade, como também condicionam e efetivam as relações sociais, existentes no *produto* (MENEZES, 1983, p. 112-113).

Com estes artefatos, o culto ao deus indicava que a divindade estivesse mais próxima da Terra e mais próximo dos homens, tendo com eles algo em que eles pudessem tocar ou ver. Dessa forma se afirmava diariamente a presença do deus nos templos e santuários a ele dedicado. Mesmo que o culto à imagem do deus em seu templo fosse exclusivo ao faraó e a determinados sacerdotes, que eram designados pelo faraó, o egípcio comum podia cultuá-lo em sua casa, pois na casa do cidadão egípcio havia pequenos santuários dedicados aos deuses, sendo Amon o principal. Sendo assim, mesmo que a população, no geral, não admirasse o esplendor da divindade em seu santuário, o cultuavam em casa, em seus pequenos altares complementares aos santuários e cultos secretamente realizados nos templos (GRALHA, 2002, p. 69).

No Reino Novo o culto mudou, pois, o monarca deste período passou a ser cultuado ainda em vida em alguns templos. Isso é justificado devido à aparente igualdade entre a humanidade e a divindade, fato que permitiu ao

monarca egípcio a possibilidade de ser cultuado após a sua morte.<sup>8</sup> No entanto, o faraó, sendo ou não de linhagem real, era herdeiro do trono e filho do deus dinástico e a sua imagem correspondia ao do seu criador. Esta imagem foi sendo alternada ao longo dos reinos, por exemplo, no Reino Antigo a divindade do monarca estava intrinsecamente ligada ao deus, depois a imagem divina do rei deu lugar à sua submissão aos deuses, seguindo depois para a designação do Reino Médio, onde a forma divina e humana do rei estava em desequilíbrio, evidenciando o monarca mais humano que divino. No final do Segundo Período Intermediário e início do Reino Novo aparece uma nova concepção do rei e da relação deus/monarca. Tal concepção apresenta uma similaridade divina, assim, o monarca passa a ser apresentado igual aos deuses, tanto na aparência quanto nas ações, ocupando uma posição superior àquela evidenciada no Reino Antigo (GRALHA, 2002, p. 72).

O Egito, no período faraônico, apresentava a realeza como um conjunto de pessoas que possuíam uma origem divina, e esta origem justificava a organização da sociedade egípcia e a sua hierarquização. Tal divisão destacava o monarca pelo acréscimo à sua pessoa de uma áurea divina, advinda pela construção do mito de Osíris e Hórus. Nele é embutido não somente a posição de um líder, mas também um símbolo, uma imagem, uma referência aos dogmas religiosos presentes, não somente no social, mas de todas as áreas da sociedade. Assim, o monarca egípcio não era somente “o Faraó”, mas também era a representação simbólica do reino do Egito. Por isso, ele tinha que reafirmar, a cada governo, os pilares da monarquia divina, que destacavam a natureza divina e minimizava a sua natureza humana (SOUSA, 2010, p. 7-8).

Os documentos literários e as iconografias, tanto dos templos como nos demais locais em que foram cunhadas, respaldam a ideia de que o Faraó é considerado um ser divino durante o período do Egito faraônico. O mito em que Osíris entrega o Reino do Egito a Hórus respalda a descendência e a herança do faraó e direciona todas as cosmogonias egípcias e suas variantes a ele.

---

8

A possibilidade de ser cultuado depois da sua morte era justificada pela sua natureza dual.



Tendo isto em vista, ao faraó é designado não somente um posto de líder, mas também o posto de mediador do mundo divino e do mundo terrestre (humano), ele é considerado o “guardião” da ordem cósmica, ou seja, ele é o responsável e o “único capaz de alimentar e fortalecer os deuses” e aplacar a ira dos deuses contra a humanidade, mantendo, portanto, o caos fora do Egito, que era o centro de um mundo organizado (SOUSA, 2010, p. 8).

Segundo Allen (2005), desde que Amon-Rá foi ligado à representatividade de “Rei dos reis” e “Senhor das Duas Terras” pelo processo de “solarização”, e, assim, ligado a legitimidade dos faraós, principalmente da XVIII<sup>a</sup> dinastia, ele foi encarado como o “criador do mundo”. A partir de então, a devoção dos faraós a este deus aumentou em escalas grandiosas, ao ponto das cerimônias de coroação serem feitas no Templo de Amon-Rá em Karnak<sup>9</sup>. A autora ainda descreve que tal evento e necessidade são feitas de forma imediata, ou seja, ao ser finalizada a cerimônia de coroação na cidade em que se encontra a sede do governo, seguia-se, em uma comitiva, ao Templo de Amon-Rá, em Karnak, para a prestação de homenagem ao deus dinástico (ALLEN, 2010, p. 83).

Desta forma, percebemos que a verdadeira forma e imagem do deus dinástico Amon-Rá era representado na Terra pelo monarca egípcio. Tal representação podia ser apresentada com a imagem do monarca como, também, por meio de estátuas do deus-dinástico. De tal forma, o faraó representava o equilíbrio e era o mediador da organização político-social, visto que, mesmo agindo no mundo terreno, foi gerado divinamente. Deste modo, sua ação monárquica na Terra proporcionaria também a manutenção do equilíbrio cósmico através dos cultos e rituais (GRALHA, 2002, p. 84-86).

Sobre esse contexto, Gralha (2002) afirma que o monarca do Reino Novo, diferentemente de seus antecessores, tentava provar a sua divindade desde o

---

9

Karnak é um complexo de templos, edificados pelos antigos faraós de diversas dinastias. Esta “cidade-templo” fica localizada na margem oriental do rio Nilo. Empréstou seu nome às ruínas do Norte da antiga Tebas, onde fica o templo de Amon-Ra. Neste lugar não há casa, palácios ou jardins, somente restos do gigante conjunto de templos. Neste lugar localiza avenidas que ligam o Templo de Karnak, o Templo de Mut (esposa de Amon) e o Templo de Luxor. Há também próximo, o templo de Montu, e o de Khonsu (NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA, 2002, p.391).

seu nascimento. Acerca da cerimônia de coroação, o processo era composto por três pontos, que o autor delega à lógica da teocracia faraônica: o primeiro, a apresentação do Deus dinástico/primordial, demonstrava as ações do faraó nos processos de assimilação divina e do henoteísmo<sup>10</sup>; o segundo, sendo o reino forte e hierarquizado, e; a terceira e última, exhibe-se um monarca igualmente proeminente e forte, digno de ser legitimado pela divindade e ter sua natureza divina reconhecida além da natureza humana (GRALHA, 2002, p. 86).

Gralha (2002) menciona, ainda, que as representações iconográficas e textuais de mitos e ritos eram muito bem elaboradas. Tais elementos eram funcionais para os diversos setores em diversos níveis, como, por exemplo, a legitimidade teocrática, a legitimidade sacerdotal, na manutenção do poder, na devoção e obra de um deus em vida (faraó), desta forma, isso poderia esclarecer ao egípcio comum, através das manifestações divinas nas barcas e os festivais, a compreensão dos mitos ou até mesmo a reafirmação de poder do monarca. Desta maneira, tais ferramentas se apresentam como elementos de legitimidade e de poder a favor do monarca ou do deus dinástico/primordial presentes na civilização faraônica. Elas expõem, principalmente, as teogamias, ou seja, os nascimentos divinos e as cerimônias de coroação, reforçando, portanto, o poderio tanto do deus Amon-Rá quanto do faraó.

A força deste poder advinha das imagens apresentadas, pois os simbolismos demonstram a crença em forças sobrenaturais e universais, que eram prerrogativas dos deuses, mas estava sendo utilizada em prol do homem, a exemplo de uma oração a uma deidade segurando um objeto dedicado a ele (GRALHA, 2002, p. 89).

Uma das muitas formas de legitimação era o casamento real ou teogamia. Esta forma de se legitimar consiste em um casamento entre o deus de maior hierarquia, dinástico/primordial, representado pelo monarca, e um membro da família real do sexo feminino, pois o caráter divino transmitia-se pela mulher. Assim, o filho tinha que ser fruto de um casal real, mas se o herdeiro for filho da

---

10

Forma de religião em que se cultua uma única divindade, considerada suprema, mas não se nega a existência de outros deuses (GRALHA, 2002, p. 73-86).

segunda esposa ou não fosse de linhagem real, este devia se casar com a princesa de sangue real, sendo o casamento entre meios-irmãos muito comum em razão desses rearranjos (CARDOSO, 2004, p. 69).

O nascimento divino era outra forma de legitimação. O nascimento divino estava vinculado à teogamia, pois o casal divino, a rainha (membro real) e o deus monárquico (deus dinástico intrínseco ao faraó) geravam o futuro monarca, que viria à Terra com uma natureza dual – humana e divina. Tal monarca herdava de seus pais as características de um monarca egípcio, necessárias para governar: a divindade de seu pai (o deus) e a humanidade de sua mãe (a rainha inseminada). Apesar de já carregar a natureza dual, o monarca só poderia reivindicar esta divindade após a cerimônia de coroação, principalmente no Reino Novo, pois nela o faraó recebia seu segundo nome, para assim compor sua titulatura, além dos nomes de “Filho de Ra” e “Rei do Sul e do Norte”.

Muitos festivais revitalizam os poderes do monarca e do deus dinástico/primordial, além disso, tinha a finalidade de revitalizar as forças vitais do monarca como se acrescentasse mais vitalidade ao soberano egípcio. Eles eram denominados de Festival-*Sed* e Festa de *Opet- Sut*.<sup>11</sup> (GRALHA, 2002, p. 90).

A titulatura também era uma forma de legitimação, pois, de acordo com o credo egípcio, havia uma associação entre o desenho e/ou a escrita com a tal situação ali escrita e/ou desenhada, de modo que a situação descrita venha a se tornar realidade. Assim, ao escrever a titulatura e os epítetos do faraó, os escribas poderiam demonstrar as características de um futuro monarca, seu “plano de governo”, sua reafirmação da natureza dual (divina e humana) e sua

---

11

O primeiro, também conhecido como jubileu, este festival além de revitalizar o monarca também reafirmava a cerimônia de coroação e concedia ao rei nova disposição para governar e manter o caos afastado do Egito; normalmente este festival se realizava a partir dos trinta anos de governo e depois de três em três anos, mesmo tendo isso, Hatshepsut, aparentemente, realizou antes dos vinte anos de governo. O segundo, era realizado anualmente, no segundo mês da inundação, esta festa durava vários dias e compunha uma procissão de barcas, ao qual estavam os deuses e o monarca, que passava pelo Templo de Amon-Rá, em Karnak, e pelo Templo de Luxor. Tanto o monarca quanto os deuses, eram rejuvenescidos e revitalizados. Nestas festividades, era liberado ao povo seguir a procissão e a entrar nas áreas abertas dos templos, como também pedir, rezar aos deuses e ao monarca, pedindo interseção aos problemas cotidianos (BELL, 1999 *apud* GRALHA, 2002, p. 91).

relação com o deus. Tal função também se atribui aos paramentos, estes eram os objetos utilizados pelos monarcas que demonstrava seu poder e sua dualidade. A maioria dos paramentos e vestimentas se concentrava nos cetros, coroas, toucados e aventais (GRALHA, 2002, p. 96).

A iconografia era cheia de titulação e paramentos, sendo boa parte deles advinda do período mais antigo do Egito unificado. Tais elementos faziam parte deste complexo e grandioso sistema de legitimidade. Assim, os elementos de titulação, símbolos e vestuários tinham o mesmo propósito dos ritos, dos mitos e dos monumentos arquitetônicos, qual seja, legitimar a dualidade do rei, sua imagem e a imagem do deus dinástico Amon-Rá, no caso da XVIII<sup>a</sup> dinastia (GRALHA, 2002, p. 96-97).

### **A complexa legitimação de Hatshepsut**

Hatshepsut assume o trono inicialmente como rainha-regente e com a titulação de rainha e “Grande Esposa Real”, em uma situação inesperada, que foi a morte prematura de seu marido Tutmósis II. Como ela não havia concebido um varão, mas uma menina, coube a sucessão do trono egípcio ao seu enteado, Tutmósis III, filho do Faraó Tutmósis II com a sua esposa-secundária. Porém, devido a tenra idade do príncipe, competiu à rainha ocupar “temporariamente” o cargo (GRALHA, 2002, p. 109). O fato de Hatshepsut assumir o trono, no entanto, não quer dizer que ela tinha a pretensão de tomar ou usurpar o trono.

Segundo Gralha (2002), ao logo do começo da XVIII<sup>a</sup> dinastia, o poder de legitimação estava com a mulher, tornando isso um ciclo vicioso e perigoso, pois segundo o autor, isso proporcionava uma disputa pelo trono do Egito entre as duas linhagens – os thutméssidas e os ahméssidas – favorecendo, portanto, uma oportunidade favorável para a ascensão de Hatshepsut (GRALHA, 2002, p. 109).

A prerrogativa de faraó de Hatshepsut não foi do “dia para noite”, pois, primeiramente, ela manteve uma co-regência com Tutmósis III durante, provavelmente, sete anos, usando o título de “Esposa Principal do rei”. Isso demonstra que ela não pretendia usurpar o trono, pois era subalterna à Thutmés

II durante o período de regência. Antes de se autoproclamar faraó, Hatshepsut adotou o nome de Maatkare (Maat é o Ka de Ra). De acordo com Dorman (2005), Hatshepsut já controlava todos os mecanismos governamentais, por isso ela viu a necessidade de explicitar esse controle ideologicamente. Tal demonstração incluía também a encomenda de dois obeliscos de granito de Assuã. Tais objetos era designado ao culto aos deuses pelo rei, como também as oferendas, ato exclusivo ao monarca. Isso só reforçava a sua posição como regente, como também seus títulos e suas ações (SOUSA, 2010, p. 56-58).

É compreensível que uma rainha governe temporariamente no lugar do legítimo faraó, aguardando o herdeiro real alcançar a maioridade e assumir seu lugar de direito. No perguntamos, porém, por que ela faz o contrário do que era esperado? Quais foram os motivos e as razões de sua atitude?

De acordo com Gralha (2002), o Egito estava em uma etapa de reorganização pós-reunificação e tal território não poderia vivenciar uma briga interna entre as duas linhagens pelo domínio do trono. Assim, a solução encontrada para que tal situação fosse evitada era o governo de um monarca que tivesse em seu sangue as duas linhagens. Dessa maneira, o melhor candidato para tal função era Hatshepsut. Ela estava respaldada para o cargo, pois possuía todos os requisitos necessários: “ela era filha do primeiro faraó thutméssidas e da rainha ahméssida Ahmés; esposa de Thutmés II e rainha legítima, esposa do deus (Thutmés II) e co-regente de Thutmés III” (GRALHA, 2002, p.111). O único obstáculo era a tradição, pois o cargo de faraó deveria ser “ocupado por um membro da família real do sexo masculino, ou seja, ela tinha que se tornar “o monarca” para assumir o trono do Egito, não configurando usurpação e muito menos regência” (GRALHA, 2002, p. 111).

Há várias linhas teóricas que tentam explicar a ocupação do trono egípcio por Hatshepsut, porém a interpretação com mais adeptos é a que explicita que teria no Egito dois regentes coroados, sendo Hatshepsut seguindo “à frente”, e logo atrás Tutmósis III. Em outros momentos este último aparece adorando-a a sua imagem. Esta linha é defendida pela maioria dos historiadores e é a que consideramos mais pertinente, pois a outra interpretação é refutada devido ao

tempo que passou entre a morte de Hatshepsut e a degradação de suas representações na Capela Vermelha. Tal linha pertinente a investigação, respaldou-se pelas iconografias em que ambos aparecem coroados, apresentando características de uma monarquia dual (GRALHA, 2002, p. 111).

Ao se autoproclamar faraó, Hatshepsut deixou um cargo “vazio”: a de Esposa do deus. Sendo assim, necessitava de alguém que fosse membro da realeza para ocupar tal lugar. Este cargo foi dado à sua filha Neferura e este cargo tinha o objetivo de manter o princípio masculino e feminino dentro da monarquia egípcia. Também havia a necessidade, por parte de Hatshepsut, de ter alguém, mãe do deus ou filha ou esposa do deus, consigo em algumas cerimônias, como um contraponto. Isso não só representou uma estratégia da monarca, mas também proporcionou maior número de aparições de Neferura nas representações de tais cerimônias. Isso demonstra que esta função foi tão importante para Neferura como havia sido para sua mãe, assim como também para “Amosis Nefertari”. Isso era demonstrado em suas aparições nos monumentos e também na enorme quantidade de escaravinhos da princesa<sup>12</sup> com as inscrições de “Esposa do deus” (ROBINS, 1996, p. 51-52).

A construção e a decoração do templo de Deir el-Bahri também reafirmou a transformação de Hatshepsut em faraó. A construção foi iniciada, provavelmente, no sétimo ano do reinado e continuada até a morte de Hatshepsut, por volta do ano 1458 a.C. Ann M. Roth, exprime que esse templo era a manifestação da agenda política de Hatshepsut, pois o uso de referências históricas sobre seus feitos, como a expedição à Punt e os feitos religiosos, fora fabricados para fortificar e demonstrar seu poderio. A construção desse templo foi influenciada pela construção do templo de Montuhotep II, pois este se utilizou de terraços em diferentes níveis, sendo a parte mais sagrada cortada diretamente dentro da montanha (ROTH, 2005, p. 147)

---

12

Os escaravinhos, eram joias com inscrições de títulos do portador. Sua função era além de identificar seus portadores, serviam também como joias, ou também como integrante do conjunto complexo de legitimação de um cargo no Antigo Egito (ROBINS, 1996, p. 51-52).

Os templos no período do Reino Novo eram frequentemente decorados com as representações dos faraós com os deuses, demonstrando a união entre eles. As partes públicas do templo, ou seja, o pátio e o pilono, eram incrustados de representações do faraó em seu papel de guerreiro e defensor das terras egípcias, tais imagens demonstravam o soberano lutando contra os tradicionais inimigos do Egito.

Em contradição com essas áreas públicas, as áreas privadas revelam cenas do monarca mais íntimo com as deidades, como, por exemplo, as representações do monarca como um alto sacerdote ou realizando uma oferenda a uma estátua de uma divindade e celebrando um culto a ela.

Ao erguer o templo, Hatshepsut não tinha só a intenção de projetar as divindades e a si própria para os servos adorá-la no *post mortem*, ela estava construindo seu próprio “*outdoor*”, encravado nas paredes do seu templo (SOUSA, 2010, p. 64).

Gralha (2002) divide em quatro esferas a série de imagens e textos que Hatshepsut utiliza para se legitimar como faraó. A primeira esfera realça a legitimidade dada pelo deus Amon-Rá, diretamente a ela, como herdeira do trono. Como exemplo temos a representação de seu mito de nascimento divino e a descrição da cerimônia de coroação de Hatshepsut. A segunda esfera destaca a sua natureza dual, por intermédio do culto a sua pessoa e do mito do nascimento divino. A terceira esfera enfatiza a ligação dos thutméssidas com a faraona por meio de um mito e um grupo de iconografias envolvendo o faraó Thutmés I, e o deus Amon-Rá. E a última esfera destaca o caráter divino da rainha Ahmés, que representava a linhagem ahméssida, por intermédio da representação da teogamia no qual o deus Amon-Rá, na forma de faraó, tem relações com a rainha, resultando na concepção de Hatshepsut (GRALHA, 2002, p. 112-113).

Segundo Noblecourt, dentro do processo de formação do corpo e do *ka*<sup>13</sup> de Hatshepsut, é apresentado o deus Khnum, o oleiro dos deuses, modelando-a com corpo e aspectos masculinos. Tal processo não significa que ela seja um homem ou um menino, mas sim uma figura divina, pois “todo morto torna-se um Osíris e todo candidato ao trono assume a forma do pequeno Hórus, no além” (NOBLECOURT, 1994, p. 155-156). Sendo assim, Hatshepsut desenvolveu em seus textos e em suas iconografias a demonstração de sua relação íntima com seu pai, o deus Amon-Rá, tendo, portanto, respaldo para sucedê-lo, tanto é que ela é apresentada aos deuses como sua sucessora e filha. Hatshepsut também se vale do mito de seu nascimento e da teogamia para consolidar a sua legitimação (SOUSA, 2010, p. 65).

O governo de Hatshepsut foi marcado como um momento próspero e calmo no Egito, porém, para chegar ao trono como faraó, ela teve que “burlar” o sistema hereditário, tradicionalmente masculino, e assumir, além do cargo, as prerrogativas dele. Assim, o reinado de Hatshepsut foi marcado por uma iconografia única, utilizada por ela para a sua legitimação como monarca, em virtude de muitos “problemas” sucessórios. Tal esforço é sintetizado na relação entre deus dinástico/faraó, na afirmação de suas características divinas, no uso da iconografia e nos textos, utilizados como uma forma de legitimar suas ações e a ela mesma (GRALHA, 2002, p. 108-112).

Grande parte da legitimidade de Hatshepsut foi fomentada por um conjunto de cerimônias, textos e iconografias baseadas nas tradições e no pensamento sócio religioso egípcio, que possuía uma forte utilização nas representações. A teogamia, o nascimento divino e a sua legitimidade divina, fortalecida pelo deus Amon-Rá, proporcionou a parte divina que Hatshepsut necessitava para justificar sua natureza dual. Já, as linhagens, thutméssidas e ahméssidas, forneceram a autenticidade de sua herança terrena, pois

---

13

O deus Khnum, é um primordial pertencente à tríade de Elefantina, cidade que faz fronteira com a Núbia. No mito, este deus é o oleiro que modela com a lama do Nilo, o corpo e o ka (o duplo). Neste contexto entende-se o duplo, como a dupla natureza de Hatshepsut, tanto é que é apresentado no mito, dois copos da monarca (GRALHA, 2002, p.116).



Hatshepsut tinha o sangue dessas dinastias. Além disso, possuía a autenticidade que o mito do nascimento divino dava, ao qual seus pais terrenos também participam (GRALHA, 2010, p. 126).

A complexidade do processo legitimatório se deve ao fato de Hatshepsut ser uma mulher que estava indo contra “às regras” ao se tornar faraó. Isto é justificado pelo fato de que os egípcios acreditavam que o mundo era uma totalidade congruente e a realidade era explicada por mitos. Tais mitos explicavam que o mundo era composto por

“[...] inúmeras oposições que se completavam e conduziam a uma síntese. No imaginário egípcio, a união desses opostos promoveria a criação. Dentro dessa perspectiva, o masculino e o feminino eram encarados como complementares e seu contraste era visto como o principal exemplo do que é dinâmico. Mesmo pertencendo a um princípio único, a cada um caberia uma esfera de ação. Às mulheres caberiam as funções de gerar, curar e manter o equilíbrio e aos homens as funções de julgar, guerrear e conduzir” (SOUSA, 2007, p. 18).

Assim, o faraó era encarado como um Hórus vivo, mantenedor da ordem e, também, como um homem que julga, guerreia e conduz as esferas de ação que há no Egito. Quando Hatshepsut assume o trono do Egito, sua ação se transforma em uma transgressão à ordem. Deste modo, a ocupação de Hatshepsut ao cargo de faraó necessitou de uma legitimação e de uma sustentação para que as suas obras e ações explicitassem e justificassem seu lugar no trono do Egito. De tal modo, as suas iconografias solucionariam o problema estético que se evidenciava, ou seja, evidenciavam o aspecto feminino procedente da sua condição de mulher emostrava o aspecto masculino, oriundo de sua posição como faraó. Ao longo do percurso da monarca, inúmeras soluções foram encontradas e estas se diversificaram de acordo com a posição ocupada por Hatshepsut na política egípcia (SOUSA, 2007, p. 18).

Por outro lado, um outro problema se delineava, pois os membros da corte egípcia, que estavam inseridos no exercício do poder, não aceitaram com facilidade o fato do faraó ser do sexo feminino. Independentemente de se ter todo um conjunto representacional, em que Hatshepsut se apresentava, no auge

de sua autoridade faraônica, como um deus vivo e com características masculinas introduzidas no seu rol de representações, inerentes ao seu papel de governante, era difícil para a corte o fato do faraó, na verdade, ser uma mulher.

Em relação às construções do gênero feminino dentro da sociedade egípcia, percebemos que já havia “um modelo” representativo para as mulheres egípcias, por isso, tornou-se um desafio para as construções representativas do período a representação de Hatshepsut como um faraó feminino, ou melhor, uma faraona.

Soihet (1997) aponta que o gênero é um papel construído socialmente, deste modo ele não se liga ao sexo biológico, que rejeita o caráter fixo da oposição entre “feminino e masculino”. Para a autora, há possibilidade do intercâmbio destes papéis, logo, não importa se Hatshepsut é uma mulher, ela pode ser “O Faraó” (SOIHET, 1997 apud SOUSA, 2010, p. 132).

Sousa (2010) salienta que esta teoria conflita com a de Gay Robins (1994), na qual a autora diz que havia uma tensão enorme entre o sexo biológico de Hatshepsut e o gênero masculino de sua função. Tal tensão resultou no estímulo de produzir obras inovadoras que marcavam a posição de Hatshepsut como rei, sem ignorar totalmente o gênero feminino facultado ao seu sexo (ROBINS, 1994 apud SOUSA, 2010, p. 132).

Tendo dito isto, fica evidente que após a proclamação de Hatshepsut como faraó, suas representações tiveram algumas mudanças significativas, não somente no período monárquico, mas sim, desde o período regencial. Durante a construção de Deir El-Bahri, construída ao longo do seu reinado, a mudança de assimilação do discurso faraônico impactou a edificação, onde as representações perderam progressivamente seus traços femininos, mas sem deixar de usá-los totalmente.

O governo de Hatshepsut, em suma, foi um governo calmo, próspero, estável, marcado pela construção e reconstrução de estruturas novas e estruturas deterioradas. É possível que com o crescimento do herdeiro – Tutmósis III – tenha ficado mais árduo para Hatshepsut fundamentar seu poderio, justificando, assim, a necessidade de dar ênfase à sua legitimidade,

reforçando as representações com aspectos masculinos, inerentes à sua posição de faraó por excelência. Sendo assim, Hatshepsut não se legitimou somente com as iconografias, ela também se utilizou de outras ferramentas legitimadoras que forneceram respaldo para ela manter seu governo e seu poder. Tais ferramentas são os parâmetros reais utilizado somente pelos faraós: demonstração de força, poder e legitimação real.

Como dito anteriormente, havia uma relação direta entre a imagem do deus primordial/dinástico e a imagem do faraó. Tal relação, além de estabelecer uma legitimação, ligavam-se também pelos paramentos, ou seja, pelos objetos. Muitos destes elementos já estavam presentes no Período Arcaico e parecem ter mantido suas características e funções no Reino Novo. É provável que estes paramentos tenham sido criados a partir de pensamentos e concepções mítico-religiosos dos governantes pré-dinásticos (GRALHA, 2002, p. 96).

Estes elementos podem, também, indicar um tipo de ligação do monarca com o deus. A enorme quantidade de deuses e um grupo de deuses primordiais e dinásticos pode ter portado uma quantidade diversa de paramentos e vestimentas representativas do poder divino dispensado ao monarca que, mesmo sendo humano, possuía uma natureza divina e, sendo ele descendente do deus dinástico e dos demais deuses, recebia o direito de chefiar o Egito conforme o desejo da deidade. Alguns deuses tiveram uma grande e importante influência na configuração destes paramentos, como, por exemplo, Osíris, Hórus, Ra e Seth. De maneira geral, boa parte das vestimentas e dos paramentos se concentrava em cetros, coroas, toucados e aventais (GRALHA, 2002, p. 96).

Gralha (2002) salienta que a ligação e tradição eram tão fortes que o uso de ornamentos era utilizado desde o Período Pré-Dinástico, denotando um forte simbolismo na formação e demonstração do poder faraônico. O rei usava uma barba “ritualística”, de formato trapezoidal, divergente da osiriana e de outras deidades. Os principais cetros, utilizados pelos monarcas, eram os que tinham as insígnias de Osíris, as quais eram de origem pastoril, sendo uma curva, uma espécie de cajado usada por pastores (*heqa*) e outra assemelhando ao flagelo

ou um açoitado de três partes (*nekhekh*). Ambos os paramentos tinham vários significados, o *heqa*, por exemplo, “[...] poderia representar a ação pacífica e ‘paterna’ de conduzir o rebanho, ou seja, governar. O açoitado poderia representar a ação pela força contra os inimigos do Egito e rebeliões internas” (SOUSA, 2010, p. 96). De acordo com Sousa (2010), a dualidade do poder do Faraó era representada por estes dois parâmetros em equilíbrio

A coroa ou o toucado também eram adornos importantes, pois representavam não somente o poder e a simbologia da teocracia faraônica, mas também representava as “Duas Terras”, ou seja, o Egito. A coroa Branca, feita de linho ou de couro, representava o Sul, o Alto Egito, como também representava uma antiga insígnia de poder, presente desde o Período Arcaico, além de ser uma insígnia de Osíris. Em contrapartida, a coroa Vermelha, provavelmente fabricada com linho ou couro, designava o Norte, o Baixo Egito. Tais objetos serviam para legitimar a dualidade do rei, sua imagem e a imagem do deus dinástico (GRALHA, 2002, p. 97).

Em suma, para se legitimar Hatshepsut utilizou-se de todas as formas, categorias e aparatos religiosos, políticos e sociais para demonstrar e reforçar a sua legitimidade na reclamação ao trono egípcio, mesmo sendo uma co-regente. Tais fatos e esforços demonstrados pela regente se referem ao seu gênero feminino, pois como o governo de uma mulher era fora dos padrões sucessórios, temia-se que também fosse fora dos desígnios de *Maat*, assim

O reinado de uma mulher abria um precedente perigoso. Isso porque, ao contrário de outras rainhas reinantes, Hatshepsut teve um reinado de sucesso no meio de uma dinastia florescente política e economicamente. Assim, outra explicação seria que seu nome foi apagado para não servir de exemplo. Ao reescrever sua história, Thutmés III estabelecia uma sucessão direta com Thutmés II, sem a interferência de uma mulher” (SOUSA, 2010, p. 68).

### **Considerações finais**

A grandeza iconográfica encontrada no Egito demonstra o quão estamos longe de compreendermos em seus pormenores uma sociedade tão complexa e

diferente da nossa. Tentamos aqui entender, no entanto, a dinâmica de um período longínquo, de uma época distante da nossa, que construiu monumentos, templos e diversas tumbas que resistiram ao tempo. Essa mesma sociedade constituiu uma das maiores civilizações que já existiram na Terra e que concentrava o poder nas mãos de poucos. O povo vivia às custas de crenças, credos e superstições sustentadas por um sistema religioso. Este sistema perpetuava valores religiosos que se disseminava por todos os segmentos da sociedade e em todas as estruturas sociais, fomentando uma tradição a ser seguida e respeitada.

A religião era baseada em um deus criador, que deu origem a uma série de divindades. Foi desse rol de deidades que se apresentou a figura do faraó: indivíduo considerado herdeiro dos deuses, ao qual foi dado o controle do Egito, ou melhor, das “Duas Terras”. Devido ao seu cargo e sua associação com importante(s) deus(es) da religião egípcia, ele foi identificado como um ser de natureza dual, humana e divina, e descendente da divindade criadora. O faraó, ao ascender ao trono, incorporava as insígnias reais correspondentes ao seu cargo e a manutenção do mesmo. Deste modo, o poder do faraó e sua natureza divina eram hereditários, passando de pai para filho.

Porém, na XVIII<sup>a</sup> dinastia, período de reorganização política pós-reunificação, um infortúnio bloqueou este fluxo hereditário, quebrando-se a linha sucessória e deixando o trono vazio, “a espera de um ocupante”. Este foi o contexto em que Hatshepsut viveu, ao se deparar com um “obstáculo” da linha sucessória, pois seu enteado não possuía idade para assumir o cargo quando seu marido morreu, ficando o trono à “deriva”. Ela não se abalou diante das circunstâncias e assumiu o governo da XVIII<sup>a</sup> dinastia como rainha-regente. Sua regência foi tolerada pelo fato dela ser rainha e estar agindo de forma protecionista até a ascensão do herdeiro. Mas quando ela ascende ao posto de faraó, ocorre uma quebra da linha lógica da tradição e da crença religiosa, pois se tinha o credo que a imagem do faraó era um reflexo dos deuses masculinos, principalmente do deus primordial/dinástico.

Hatshepsut inaugurou, assim, um complexo conjunto de legitimação de seu reinado, o que se configurou como uma novidade não antes vivida pelos egípcios.

### **Sobre a autora:**

Thaysla Christien Rocha Venturini. Professora de História. Graduada no curso de Licenciatura em História, pela Faculdade Saberes, em Vitória-ES. thayslavent@gmail.com.

### **Referências**

- ALLEN, J. P. The role of Amun. In: ROEHRING, C. (Ed.). *Hatshepsut: from queen to pharaoh*. New York, The Metropolitan Museum of Art, 2005, p. 83-85
- CARDOSO, C. F. S. *O Egito Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- COSTA, M. J. *Um vislumbre da faraó-mulher Hatshepsut*. Arqueologia Egípcia. 2011. Disponível em: <<http://arqueologiaegipcia.com.br/2011/07/28/um-vislumbre-da-farao-mulher-hatshepsut/>>. Acessado em: 12 de outubro de 2016.
- DORMAN, P. The proscription of Hatshepsut. In: ROEHRING, C. (Ed) *Hatshepsut: from queen to pharaoh*. New York, The Metropolitan Museum of Art, 2005, p. 267-269.
- GRALHA, J. C. M. *Deuses, Faraós e o Poder: legitimidade e imagem do Deus Dinástico e do Monarca no Antigo Egito – 1550- 1070 a.C.* Rio de Janeiro: Barroso Produções Editoriais, 2002.
- MELLA, F. A. A. *O Egito dos Faraós*. São Paulo: Hemus, 1998.
- MENEZES, U. T. B. de. A cultura Material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 155, 1983, p. 103-117.
- NOUBLECOURT, C. *A Mulher no tempo dos Faraós*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. 6ª. ed., volume 8. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda.,2002. p.390-391.
- ROBINS, G. *Las Mujeres en el Antiguo Egipto*. Madrid: Akal, 1996.

ROTH, A. M. Hatshepsut's Mortuary Temple at Deir el-Bahri: Architecture as Political Statement. In: ROEHRING, C. (Ed) *Hatshepsut: from queen to pharaoh*. New York, The Metropolitan Museum of Art, 2005.

SOUSA, A. F. *A mulher-faraó: representação da rainha Hatshepsut como instrumento de legitimação*. 2010. 161f. Tese (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010